

ATA DA 8ª (OITAVA) REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª (SEGUNDA) SESSÃO LEGISLATIVA DA LEGISLATURA 2017/2020, realizada no dia 3 de abril de dois mil e dezoito, sob a presidência do Sr. Ver. Thiago Oliveira Malagoli. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou, em nome de Deus, aberta esta reunião às dezenove horas e cinco minutos. Foi executado o Hino de Patrocínio. A mensagem bíblica foi lida pelo Sr. Ver. Pastor Alaércio Rodrigues Luzia. O Sr. Presidente convidou para compor a Mesa o Delegado Regional Valter André Biscaro Salveano. Estavam presentes, na primeira chamada, os (as) Srs. (as) Vereadores (as): Adriana Fátima de Paula Magalhães; Alaércio Rodrigues Luzia (Pastor Alaércio); Carlos Alberto Silva (Carlão); Joel da Silva Carvalho; Jose de Arimatéia Neves; José Roberto dos Santos (Salitre); Marcilene Jacinto Queiroz; Neuza Mendes; Paulo Roberto dos Santos (Panxita); Raquel Aparecida Rezende Moraes; Roberto Margari de Souza e Rogério Moreira Silva (Rogério Nelis). A Ata da 7ª (Sétima) Reunião Ordinária da 2ª (Segunda) Sessão Legislativa da Legislatura 2017/2020 foi aprovada por unanimidade. Na leitura das correspondências e comunicações foi lida a justificativa de ausência do Sr. Ver. Florisvaldo José de Souza (Valtinho). Foi justificado o atraso do Sr. Ver. Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz. A Sra. Ver.ª Dra. Neusa Mendes requereu, como Líder do Governo, a inserção na Ordem do Dia, com votação em Regime de Urgência, dos seguintes processos: **Processo de Lei Complementar nº 35/2018 (PLC 15/2017)**, que Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 53/2009 que dispõe sobre a organização administrativa do Executivo Municipal de Patrocínio (autor: Prefeito Municipal); **Processo de Lei Complementar nº 36/2018 (PLC 03/2018)**, que Altera o anexo II da Lei Complementar nº 61/2009, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos para os servidores públicos do DAEPA, IPSEM e dos quadros setoriais da administração e da saúde do Poder Executivo do Município de Patrocínio, extinguindo o cargo de Assessor Técnico II (autor: Prefeito Municipal); **Processo de Lei nº 158/2018 (PL 21/2018)**, que Regulamenta o serviço de transporte escolar no Município de Patrocínio-MG, e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); e **Substitutivo ao Processo de Lei nº 142/2018 (PL 08/2018)**, que Autoriza o Poder Executivo a alienar imóvel pertencente ao patrimônio municipal e dá outras providências (acesso ao aeroporto) (autor: Prefeito Municipal). Requerimento APROVADO por unanimidade. Foram apresentados, sem discussões, e encaminhados à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para a emissão dos devidos pareceres, os seguintes processos: **Substitutivo ao Processo de Lei nº 142/2018 (PL 08/2018)**, que Autoriza o Poder Executivo a alienar imóvel pertencente ao patrimônio municipal e dá outras providências (acesso ao aeroporto) (autor: Prefeito Municipal); **Processo de Lei nº 156/2018 (PL 19/2018)**, que Autoriza contribuição corrente para o Conselho Municipal de Esportes para a realização da 68ª Corrida Nacional da Fogueira e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); **Processo de Lei nº 157/2018 (PL 20/2018)**, que Autoriza contribuição corrente para o Conselho Municipal de Esportes para a realização da 9ª Corrida do Trabalhador “Vereador João Cunha” 2018 e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); **Processo de Lei nº 158/2018 (PL 21/2018)**, que Regulamenta o serviço de transporte escolar no Município de Patrocínio-MG, e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); **Processo de Lei Complementar nº 35/2018 (PLC 15/2017)**, que Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 53/2009 que dispõe sobre a organização administrativa do Executivo Municipal de Patrocínio (autor: Prefeito Municipal); **Processo de Lei Complementar nº 36/2018 (PLC 03/2018)**, que Altera o anexo II da Lei Complementar nº 61/2009, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos para os servidores públicos do DAEPA, IPSEM e dos quadros setoriais da administração e da saúde do Poder Executivo do

Município de Patrocínio, extinguindo o cargo de Assessor Técnico II (autor: Prefeito Municipal). O Sr. Presidente convocou a 4ª (Quarta) Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa - Legislatura 2017/2020 a ser realizada no dia 6 de abril às 09:00 horas para a Discussão e Votação Única dos seguintes processos: **Substitutivo ao Processo de Lei nº 142/2018 (PL 08/2018)**, que Autoriza o Poder Executivo a alienar imóvel pertencente ao patrimônio municipal e dá outras providências (acesso ao aeroporto) (autor: Prefeito Municipal); **Processo de Lei nº 156/2018 (PL 19/2018)**, que Autoriza contribuição corrente para o Conselho Municipal de Esportes para a realização da 68ª Corrida Nacional da Fogueira e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); **Processo de Lei nº 157/2018 (PL 20/2018)**, que Autoriza contribuição corrente para o Conselho Municipal de Esportes para a realização da 9ª Corrida do Trabalhador “Vereador João Cunha” 2018 e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); **Processo de Lei nº 158/2018 (PL 21/2018)**, que Regulamenta o serviço de transporte escolar no Município de Patrocínio-MG, e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); **Processo de Lei Complementar nº 35/2018 (PLC 15/2017)**, que Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 53/2009 que dispõe sobre a organização administrativa do Executivo Municipal de Patrocínio (autor: Prefeito Municipal); **Processo de Lei Complementar nº 36/2018 (PLC 03/2018)**, que Altera o anexo II da Lei Complementar nº 61/2009, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos para os servidores públicos do DAEPA, IPSEM e dos quadros setoriais da administração e da saúde do Poder Executivo do Município de Patrocínio, extinguindo o cargo de Assessor Técnico II (autor: Prefeito Municipal). Convocação APROVADA por unanimidade. **ORDEM DO DIA. 2ª (SEGUNDA) DISCUSSÃO, REDAÇÃO E VOTAÇÃO. Processo de Lei nº 144/2018 (PL 10/2018)**, que Altera a lei nº 4.726/2014 que modifica parcialmente as leis nº 3.701/2003 e lei nº 3.751/2004, que autoriza o Poder Executivo conceder direito real de uso de imóvel de propriedade do Município e contém outras providências (autor: Prefeito Municipal). APROVADO por unanimidade. **Processo de Lei nº 145/2018 (PL 11/2018)**, que Autoriza relocação com remanejamento de área verde nos setores que especifica e contém outras providências (autor: Prefeito Municipal). APROVADO por unanimidade. **1ª (PRIMEIRA) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. Processo de Lei nº 152/2018**, que Obriga os estabelecimentos públicos e privados no Município a inserir nas placas de atendimento prioritário o símbolo mundial do autismo e dá outras providências. (autores: Vereadores Thiago Malagoli e Prof. Alexandre V. Castro da Cruz). Em Regime de Urgência com requerimento já APROVADO. **Pareceres** pela tramitação APROVADOS por unanimidade. Processo APROVADO por unanimidade. **Processo de Lei nº 153/2018 (PL 18/2018)**, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder subvenções e firmar convênio com as entidades de representação da população rural, em especial da agricultura familiar e trabalhadores rurais e dá outras providências. (autor: Prefeito Municipal). **Pareceres** pela tramitação APROVADOS por unanimidade. Processo APROVADO por unanimidade. **Processo de Lei nº 154/2018**, que Institui no calendário municipal de eventos a semana de combate à pedofilia, e dá outras providências (autor: Vereador Thiago Malagoli). **Pareceres** pela tramitação APROVADOS por unanimidade. Processo APROVADO por unanimidade. **Processo de Lei nº 155/2018**, que Denomina de Fábio de Oliveira Campos - Macalé - a praça da saúde localizada na rotatória de acesso ao bairro cruzeiro da Serra (autor: Vereador Thiago Malagoli). **Pareceres** pela tramitação APROVADOS por unanimidade. Processo APROVADO por unanimidade. **Processo de Decreto Legislativo nº 55/2017**, que Concede Título de Cidadão Honorário ao Sr. Henrique Ferreira Franco Murta. (autor: Ver. José Roberto dos Santos). **Pareceres** pela tramitação APROVADOS por

unanimidade. Processo APROVADO por unanimidade. **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICA.** Foram APROVADAS em bloco, por unanimidade, as seguintes **INDICAÇÕES**: De autoria da Sra. Ver.^a Marcilene Jacinto Queiroz: nº **593/2018**, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal e aos Srs. Secretários Municipais de Urbanismo e de Obras solicitando a realização de um estudo técnico a fim de que sejam instaladas guaritas nos pontos de coletivo do bairro Jardim Esplanada; nº **596/2018**, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal e ao Secretário de Saúde para que seja feita a dedetização nos bairros São Vicente, Enéas e Jardim Sul, devido à proliferação de escorpiões; e nº **597/2018**, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal e ao Secretário de Obras para que se faça um multirão de limpeza de lotes nos bairros Santo Antônio, Santa Terezinha e São Benedito. De autoria do Sr. Ver. Thiago Oliveira Malagoli: nº **594/2018**, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a instituição no município do Programa REVIVER, cujo objetivo é a inserção de ex-dependentes químicos na sociedade. De autoria do Sr. Ver. Florisvaldo José de Souza (Valtinho): nº **595/2018**, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando providências junto ao Secretário de Urbanismo a construção de passeios no entorno da quadra 073, em frente à Praça da Saúde do bairro Morada Nova. Foram APROVADAS, por unanimidade, as seguintes **MOCÇÕES DE APLAUSOS**: De autoria do Sr. Ver. Thiago Oliveira Malagoli: nº **151/2018**, ao jornalista Amarildo Maciel, repórter e entrevistador de televisão do Programa Minas Urgente da TV Band Triângulo pelo excelente trabalho exercido na região do Triângulo e Alto Paranaíba; e nº **152/2018**, à TV Bandeirantes Triângulo, Sucursal da Emissora do Grupo Bandeirantes de Comunicação, pelo excelente trabalho de informação idônea, com isenção, transparência e verdade, por toda a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. O Sr. Presidente comentou que ontem foi o dia mundial do autismo e que em breve será realizada a entrega, juntamente com o Chefe do Poder Executivo, da Moção de Aplausos à Associação de Pais e Voluntários dos Autistas de Patrocínio - TEAcolher.

GRANDE EXPEDIENTE. O Sr. Presidente disse reconhecer a importância da segurança pública; e que gostaria de saber como está o posicionamento em relação à Festa da Cidade que se inicia amanhã da Polícia Militar e Civil, bem com se há algo que esta Casa possa auxiliar. O Delegado Regional Valter André Biscaro Salveano disse que assumiu a Delegacia Regional no dia 20 de fevereiro de 2018 e que desde então tem se empenhado em resolver os problemas que se deparou quanto à segurança pública e prestação de serviços junto à sociedade de Patrocínio e região; que em relação à prestação de serviços foi obtido junto ao Governo de Minas Gerais a organização do Setor de Planejamento com o agendamento para o feitiço das carteiras de identidade, eliminando as filas que existiam desde às 03:00 horas visto que as pessoas vão à delegacia com dia e horário predeterminados; que também conseguiu junto ao Detran/MG que as vistorias dos veículos fossem agendadas viabilizando agilidade nos serviços; que na região há um baixo efetivo da Polícia Civil para que seja implantada de fato uma investigação eficaz visando descobrir o que tem feito o índice de criminalidade do município se elevar tanto, mas que tem conseguido melhorias administrativas com o apoio tanto da Executivo quanto do Legislativo com a cessão de profissionais; que em relação à área criminal está tentando conseguir junto ao Chefe do Departamento de Patos de Minas um realocamento de alguns delegados e investigadores; que se colocava à disposição de todos desta Casa de Leis; que dentro do possível esclareceria dúvidas quanto às investigações em andamento; que a maioria dos homicídios ocorridos desde o início deste ano estão sendo solucionados, embora alguns estejam com sigilo nas investigações; que precisa de mais pessoal para que possa investigar a fundo os crimes, principalmente os referentes ao tráfico de drogas; que a polícia sabe quais são os criminosos e onde se encontram, porém necessita de mais investigadores e delegados

para realmente mexer na estrutura do tráfico de drogas; que assim a criminalidade diminuirá, vez que a maioria dos crimes têm ligação com o tráfico; que precisa do apoio político para que a cúpula da polícia civil tenha “olhos” para esta região; que tem a missão de reestruturar a polícia civil e que os resultados acontecerão; que há um leva de 400 (quatrocentos) investigadores que sairá da academia de polícia no mês de julho, logo este é o momentos de todos se mobilizarem na busca pelo maior número de investigadores possível; que em relação à operação do GAECO, como questionado pelo vereador Rogério Nelis, embora tenha sido realizada antes de sua chegada em Patrocínio, houve grande impacto com a prisão de vários policiais civis, o que diminuiu consideravelmente o número de policiais ativos na região; que está tentando recompor ao esta quantidade de policiais; que está com um efetivo muito baixo de policiais e delegados; que esta operação impactou, embora tenha sido necessária para dar uma “nova cara” para a polícia civil de Patrocínio; que há uma delegada específica para tratar dos crimes de racismo e violência doméstica; que está respondendo sozinho por 10 (dez) cidades, sendo 3 (três) delegados aqui e 1 (um) em Coromandel que trabalham em regime de plantão 24 (vinte e quatro) horas diárias; que na delimitação de cada área feita através de Portaria há somente um delegado específico para cada tipo de crime, porém não há efetivo para que esses profissionais se dediquem o dia todo na delegacia a fim de receberem a população e pessoalmente ouvirem as vítimas; que em relação aos crimes de furtos e roubo, como questionado pela vereadora Neusa Mendes, já tem sido feito o círculo bloqueio na região quando da ocorrência do fato, mas que aqui há muitas saídas que levam os criminosos às zonas rurais, o que dificulta o trabalho da polícia; que a grande maioria dos criminosos são de outras cidades, que vêm aqui e roubam os veículos para praticarem crimes em outros locais; que em breve a criminalidade diminuirá com a reestruturação que está sendo feita na polícia; que em relação aos crimes de menor potencial ofensivo o projeto é conseguir que os boletins sejam lavrados pela própria Polícia Militar ainda no local do crime, dispensando de imediato a vítima e o autor do fato; que isso agilizará o trabalho de ronda preventiva pela cidade por estes policiais; que buscará junto ao Ministério Público a possibilidade de um número maior de policiais militares estarem efetivamente nas ruas e não de plantão na delegacia lavrando os flagrantes; que quanto às identidades o agendamento está sendo feito no site <http://mg.gov.br/> ; que as instrução de como o cidadão proceder será dada na página inicial ao clicar na opção respectiva; que conseguiu junto ao Governo a extensão do prazo dos agendamentos para até 1 (um) mês devido à grande quantidade acumulada; que continuam 20 (vinte) atendimentos por dia; que em casos de urgência está havendo encaixe nas vagas diárias quando as pessoas não comparecerem apesar de terem agendado; que para aumentar esta quantidade precisa de um maior efetivo; que os funcionários atuais são cedidos de algumas Prefeituras vizinhas; que o funcionário inicialmente precisa fazer um curso de 2 (duas) semanas em Belo Horizonte; que os serviços são realizados de segunda a quarta-feira nos horários de 8:00h às 12:00h e de 14:00h às 18:00h; que nas sextas-feiras são feitas somente a catalogação de todas as identidades e o lançamento no sistema do que será enviado a Belo Horizonte; que em relação ao que o Poder Legislativo e Executivo podem fazer para apoiar a polícia, como questionado pelo vereador Prof. Alexandre Vitor, é preciso um engajamento político diretamente junto ao Governo Estadual a fim de se conseguir mais policiais para a região; que seria um ofício encaminhado ao Governo, ao Chefe de Polícia e/ou aos Deputados mostrando o alto índice de criminalidade e a falta efetiva de investigação em decorrência do número pequeno de funcionários, policiais e delegados nas Comarcas da região; que ele tem demonstrado isso ao Chefe do Departamento e este ao Superintendente, mas é preciso fazer isso diariamente vez que a situação precária dos

recursos humanos é geral; que quem solicitar com mais intensidade poderá ser beneficiado com a designação de mais policiais no novo certame que sairá em julho; que até julho do ano de 2019 haverá um leva de delegados aprovados no concurso que está sendo realizado agora; que é preciso mexer na estrutura financeira do alto escalão da pirâmide do tráfico de drogas com a prisão daqueles que estão financiando esse crime; que com isso será possível impedir aqueles que trabalham com o tráfico no dia a dia; que o usuário quando fica sem dinheiro começa a traficar e/ou a praticar outros delitos; que a polícia militar está prendendo somente estas pessoas, não os chefes das quadrilhas de roubo e tráfico que continuam intocáveis; que é preciso dificultar o acesso dos jovens e das crianças à droga; que o produto chega na região todos os dias e a polícia não está conseguindo impedir por não ter número suficiente de policiais e delegados trabalhando em conjunto com a Polícia Militar, que também está no seu limite de policiais; que é preciso ser designada uma equipe competente para trabalhar somente com o objetivo de dismantelar a mencionada pirâmide; que estava à disposição dos vereadores, como solicitado pela vereadora Adriana de Paula, para que juntos encaminhem ao Governo Estadual as solicitações aqui mencionadas; que realmente precisam de emendas parlamentares dos Deputados Estaduais e Federais para que seja possível a obtenção de novas viaturas, bem como a construção da sede da Delegacia Regional com um estrutura decente para receber a população e/ou a vítima dos crimes; que a estrutura física atual da Polícia Civil de Patrocínio é muito ruim; que essa precariedade advém de vários anos sem qualquer atitude por parte de alguns delegados e sem apoio político também; que a lei para os adolescentes, como questionado pelo vereador Pastor Alécio Rodrigues, é efetiva; que é preciso haver mais Centros de Recolhimento para menores de idade; que muitos crimes por eles praticados acabam sem a prestação do Judiciário por ausência Centros ou pelo tamanho dos mesmos, que são pequenos; que nos crimes mais graves os menores são recolhidos, mas que nos crimes menos graves acaba havendo impunidade por tal motivo; que talvez a diminuição da maioria resolva; que não há investimento na segurança pública por parte da União a mais de 20 (vinte) anos; que o aumento da criminalidade não decorre somente por causa dos menores infratores, embora eles tenham o privilégio legal de não ficarem presos, mas apreendidos por um tempo mais curto; que também a falta de investimento na educação é causa do aumento da criminalidade; que as leis brasileiras não são brandas; que o que ocorre é que a lei não está sendo aplicada adequadamente; que realmente os grandes traficantes se utilizam dos menores infratores na venda das drogas por saberem que eles ficarão menos tempo apreendidos; que, na verdade, os maiores de idades são os que mais vendem as drogas e praticam o crime de homicídio; que em alguns crimes os menores de idade podem até ter “puxado o gatilho”, mas há um maior como mandante; que os ambientes que oferecem bebida alcóolica são propícios para o cometimento de crimes, principalmente contra crimes contra a pessoa e em ambientes mais pobres; que a fiscalização e as limitações em relação aos estabelecimentos comerciais são efetivas e contribuem demais na prevenção do crime, embora cause polêmica; que em relação ao apoio político, conforme questionado pelo vereador Paulo Roberto, tanto o Legislativo Federal quanto Estadual podem colaborar através de emendas parlamentares por se tratar de segurança pública; que os 3 (três) funcionários responsáveis pela prestação dos serviços referentes às identidades são cedidos através de convênio pela municipalidade local e da região; que se esse número dobrar a delegacia consegue duplicar ou triplicar a quantidade de identidades feitas diariamente; que os cursos realizados em Belo Horizonte são disponibilizados a cada 3 (três) meses; e que qualquer pessoa que reside no Estado de Minas Gerais pode fazer sua identidade aqui em Patrocínio. O Tenente Coronel Jabes Andrade Campos disse que

de forma geral as Polícias Civis e Militares são órgãos do Estado que agem conforme a legalidade, não se vinculando às vontades políticas; que o cidadão pode fazer tudo o que a lei não proíbe, mas o Poder Público somente faz aquilo que a lei permite; que a ação das polícias é pautada na lei, na técnica e em parâmetros legais; que os erros existem como em qualquer outro lugar onde o ser humano está envolvido; que no ano de 2017 3 (três) militares foram excluídos, embora isso não tenha sido veiculado publicamente; que nestas instituições existe a Corregedoria que faz o “saneamento” interno; que muitas vezes a sociedade rejeita a polícia por sua atividade fiscalizadora e punitiva em relação àqueles que praticam uma infração legal; que embora as pessoas se sintam cerceadas esse é o papel da polícia; que também são odiados pelos criminosos, que atiram contra eles se voltando contra suas vidas; que apesar disso todos os dias vestem sua farda e deixam suas famílias para exercerem suas atribuições; que são suscetíveis a pressões, lesões e/ou depressões como qualquer outro cidadão; que vê muita importância quando a Casa do Povo os chama abrindo a possibilidade de se expressarem diante de todos; que quando o crime é cometido próximo à sociedade em que vivemos a sensação de insegurança e medo vem à tona; que se o crime ocorre em um ambiente imprevisível, havendo uma vítima inocente atingida, nos aflora a sensação de insegurança; que apesar disso não se pode concluir que a sociedade está entregue ao crime; que para desmistificar tal sensação apresentaria números; que desde que assumiu o Batalhão da Polícia Militar no início do ano de 2017 existiram somente 3 (três) situações de clamor público; que umas delas foi o crime de latrocínio onde menores mataram um professor; que a função da polícia não é matar os criminosos, mas investigar o fato criminoso ocorrido; que apenas são disparados tiros contra o infrator quando o mesmo oferece risco à vida de terceiros ou do próprio policial militar; que foi o acontecido recentemente, onde o policial civil de folga interviu com sua arma particular, de forma corajosa, atingindo o jovem que na tentativa de matar um rival acabou matando um terceiro inocente; que ainda viu na mídia social pessoas criticando a ação do policial; que no Brasil tem ocorrido a exaltação do infrator e a degradação da autoridade; que nos Estados Unidos quando um policial atinge um criminoso ele é elogiado publicamente; que o infrator pratica o crime por sua própria vontade; que uma das teorias sociais do crime mais aplicada é a “Teoria do Triângulo do Crime”, onde a atividade policial tenta intervir nos 3 (três) vértices: do autor do crime, da prevenção e o da ação da vítima; que a prevenção se consubstancia na ostensividade, que é a ação do Poder Público através das polícias ou até mesmo de sistemas tecnológicos visando impedir a ação do infrator; que na prática não temos o Estado presente em todos os setores da sociedade, vez que existem limitações; que pela ação da vítima temos a conscientização de que seu comportamento deve minimizar os riscos, ou seja, é preciso evitar situações de risco; que pelo autor do crime há aquele que é infrator por oportunidade (por acaso) e o motivado (premeditado); que a intervenção diante deste autor se faz efetuando sua prisão; que normalmente há picos de crimes em função dos infratores motivados; que na faixa de 1% (um por cento) da população estão aqueles que causam os transtornos à sociedade; que o Ministério Público e o Judiciário locais são atuantes e firmes; que segurança pública é ter policiais nas ruas da cidade, investigação policial, denúncia, coordenação, prisão de infrator, dentre outros; que quando ocorre a progressão de regime e o indivíduo sai da prisão, este volta com a índole semelhante à que tinha anteriormente; que o número de homicídios ocorridos no ano de 2018 não está discrepante em comparação ao mesmo período do ano de 2017; que diariamente recebe dados de incidência criminal; que a polícia tem agido efetivamente, sendo que no mês passado houve a prisão de 2 (duas) quadrilhas que estavam cometendo homicídios; que as quadrilhas estavam em confronto uma com a outra; que, apesar das prisões, a guerra

no tráfico continua; que para ser efetuada a prisão do indivíduo é preciso haver um flagrante ou uma investigação que permita a coleta de elementos para que a denúncia seja oferecida e os mandados de prisão preventiva ou temporária serem emitidos; que em Patrocínio até ontem foram conduzidas, presas em flagrante pela polícia militar até a delegacia, 389 (trezentos e oitenta e nove) pessoas/adultos pela prática de crimes diversos; que nem todos foram para a Penitenciária, mas que isso demonstra a atuação constante e efetiva da PM; que em relação a adolescentes, 57 (cinquenta e sete) foram encaminhados à polícia civil pela prática de crimes diversos; que neste contexto verifica-se que os maiores de idade são os que cometem mais delitos; que em 2018 foram efetuadas 46 (quarenta e seis) prisões decorrentes de mandados; que o fato de termos uma Penitenciária na cidade também reflete no cenário da criminalidade; que dos 1.200 (mil e duzentos) presos somente 30% (trinta por cento) são daqui; que a Secretaria Municipal de Assistência Social com a saída de algum indivíduo da penitenciária o leva até a sua casa, se a residência for aqui, ou paga a passagem de ônibus até a sua cidade; que a reincidência criminal é muito grande; que a polícia atua na consequência do crime, embora a prevenção seja feita; que após a ação delituosa cabe a repressão qualificada com a identificação do indivíduo e a verificação de existência de mandado de prisão emitido; que por mais que o cerco nas saídas da cidade seja realizado muitas vezes a polícia precisa ter a sorte de se deparar com o criminoso, uma vez que a área de saída é muito ampla; que dos homicídios ocorridos em janeiro 7 (sete) criminosos foram presos em flagrante devido ao início das diligências imediatamente após o fato; que quando um policial militar comete um homicídio em serviço também é preso; que esse policial é submetido a um auto de prisão em flagrante e se não houver alguma excludente de ilicitude ele fica encarcerado; que os policiais vão em busca dos criminosos, que atiram contra eles, e ainda correm o risco de serem responsabilizados criminalmente se revidarem; que o cabo Vinícius Marques Tolentino em 2 (dois) meses já foi autuado 2 (duas) vezes por ter tido a coragem de enfrentar os criminosos; que esse cabo é um herói anônimo de nossa sociedade que todos os dias coloca sua vida em risco enquanto protege a população patrocínense; que apesar disso os policiais nem sempre são compreendidos pela sociedade porque ao mesmo tempo em que aborda um infrator também aborda um indivíduo comum em atitude suspeita; que a atuação da PM está legalmente amparada; que a técnica policial militar empregada no Estado de Minas Gerais é amparada e embasada no que a Cruz Vermelha Internacional prega; que na PM há um ensinamento no sentido de que toda a abordagem policial deve ser precedida de segurança (para garantia da segurança do próprio infrator), surpresa (para que o infrator seja incapaz de reagir), ação vigorosa (para inibir a reação do infrator), rápida e com unidade de comando (o mesmo pensamento por todos os policiais na abordagem); que é essa técnica que minimiza o risco de um disparo acidental ou uma situação de reação física; que na região do 46º Batalhão houve uma redução de 9% (nove por cento) no número de crimes de furtos devido à prevenção e repressão qualificada; que em Patrocínio no ano passado em um mesmo período foram 289 (duzentos e oitenta e nove) furtos e esse ano foram 300 (trezentos); que em relação ao crime violento houve uma redução de 19% (dezenove por cento) nos 10 (dez) municípios que envolvem o 46º Batalhão; que em Patrocínio essa redução foi de 4,4% (quatro inteiros e quatro décimos por cento); que o efetivo policial de nosso município por mais deficiência que possua tem trabalhado bem; que muito da sensação de insegurança é devido ao que a mídia social nacional veicula, inclusive através do whatsapp; que no mês de janeiro o número de homicídios foi preocupante, mas que ações por parte da PM e PC têm sido executadas com um compartilhamento de informações; que o combate ao crime de homicídio será com a atuação contra o tráfico

de drogas com operações massificadas; que nesse ano houve um acréscimo de 24% (vinte e quatro por cento) nas prisões; que em 2017 foram 85 (oitenta e cinco) ocorrências contra o tráfico e nesse ano já foram 101 (cento e uma); que só esse ano em Patrocínio a PM apreendeu 19 (dezenove) armas de fogo, 53 (cinquenta e três) no Batalhão todo; que as denúncias anônimas feitas pela sociedade contribuem para estas apreensões; que outra atuação positiva é o cumprimento dos mandados de prisão já emitidos; que a atuação da PATRAN, que não trabalha somente na fiscalização do trânsito, também tem contribuído positivamente na apreensão de drogas e armas; que a “indústria da multa” não existe e que não há metas de aplicação de multas diárias; que feita a abordagem verifica-se que o indivíduo cometeu alguma irregularidade haverá a multa sob pena da PM cometer o crime de prevaricação se acaso não aplicá-la; que aqui existe uma grande incidência de inabilitados conduzindo veículos; que somente no 2º semestre do ano passado houve uma redução de 5% (quinze por cento) dos acidentes nas vias municipais com a atuação da PATRAN; que a SESTRAN é um grande apoiador da atividade policial; que se “passarem a mão na cabeça” de quem pratica infração conscientemente estarão contribuindo com o problema; que a Patrulha Rural, é uma referência no Estado, esse ano trabalha com 3 (três) policiais; que em Patrocínio são 5.500 (cinco mil e quinhentas) propriedades rurais cadastradas georeferenciadas (existe um código para cada uma); que o Poder Judiciário envia à PM a relação dos indivíduos que cometeram crimes contra a mulher com a penalização de limitação de distância, onde visitas são realizadas nas casas das vítimas; que também há fiscalização quanto aos indivíduos que estão em prisão domiciliar ou progressão de regime; que o cerco bloqueio já realizado quando da comunicação da prática de algum crime pode ser potencializado com o apoio financeiro através de verbas conseguidas por esta Casa para a aquisição de câmeras com OCR, um sistema de cerco eletrônico, a serem instaladas nas saídas do município; que o apoio também pode vir com a divulgação do Disque Denúncia - DDU, uma ferramenta efetiva; que nesse ano houve a evasão de 15 (quinze) policiais em virtude de concurso e/ou aposentadoria; que o efetivo precisa ser reposto a fim de que a criminalidade não tenha maior liberdade; que o Comando do Estado hoje está limitado ao que é estabelecido como prioridade ou investimento pelo Governo; que se não houver gestão em conjunto com o apoio político junto ao Governo Estadual ficaremos “esquecidos”; que a frota da PM tem uma média de 7 (sete) anos de uso e vem se desgastando, sendo algo que também pode ser pleiteado inclusive com emendas parlamentares estaduais e federais; que a prevenção criminal, além da polícia nas ruas, precisa ser feita através de trabalhos sociais junto às famílias e adolescentes nas escolas; que na hora do trabalho social poucos se interessam e se mobilizam; que a limitação de horário nos estabelecimentos comerciais noturnos minimizou brigas e lesões, tendo sido um ponto positivo; que desde o lançamento da FENACAFÉ quando soube que seria com “portões abertos” ficou preocupado com a segurança; que foi até questionado se a PM estaria com medo; que trata-se tão somente de preocupação com a prevenção; que desde então já manteve contato com a Prefeitura e os organizadores do evento a fim de nivelar e planejar estratégias; que foram solicitados: a instalação de detectores de metal na porta do Parque, a contratação de segurança privada e o reforço policial de Patos de Minas, Monte Carmelo e Serra do Salitre; que durante os dias de festa todo o efetivo administrativo da PM estará no local das 20:00h às 05:00h; que todos que adentrarem no Parque serão revistados e que isso não é considerado constrangimento, mas prevenção; que mesmo assim ainda tem risco de acontecer algum problema; que também será feita ronda ostensiva pela cidade durante esses dias; que o Dr. Serlon, juiz da Vara Criminal, assim como expressado pelo vereador Pastor Alaércio, é uma pessoa que embora se dispensam “elogios” merece todo o nosso reconhecimento, vez que não

se encontra alguém que realiza um trabalho junto à sociedade como ele; que dentro do universo dos crimes violentos ocorridos em Patrocínio, conforme questionamento do vereador Carlos Alberto, o roubo representa 84% (oitenta e quatro por cento) e se concentra mais na região central do município, onde a concentração de vítimas em potencial é maior; que o crime de homicídio se concentra mais nas periferias, onde o tráfico de drogas é mais incidente; respondendo ao questionamento do vereador Paulo Roberto, que existe um número ideal de 1 (um) policial para cada 400 (quatrocentas) pessoas, aceitável até 600 (seiscentas), mas que é um número relativo; e que considerando a quantidade de pessoas que se espera para a festa, ou seja 20.000 (vinte mil), a proporção de policiais que farão a segurança dentro do Parque é aceitável e suficiente. O Sr. Ver. José de Arimatéia Neves disse que o Tribunal Superior Eleitoral - TSE abriu o prazo do dia 3 de abril até o dia 9 de maio de 2018 para os eleitores transexuais e travestis registrarem seus nomes sociais; que o Tribunal deu a opção a eles de emitirem o título de eleitor com o nome que se autoidentificam perante a sociedade; que o Ministro Luiz Fux disse que o papel do Tribunal é zelar pelo respeito às diferenças e atuar para que o exercício da cidadania se dê livre de preconceitos; que já teve nesta Casa um projeto de lei referente ao “nome social” que foi rejeitado; que gostaria de demonstrar que o fato de um projeto não ser aprovado não o torna prejudicial à sociedade; que o interesse desse projeto de sua autoria era garantir direitos às pessoas, às minorias; que o Ministro Tarcísio Vieira disse que é preciso avançar conferindo amplitude máxima ao regime democrático em respeito às diversidades e individualização como expressão dos direitos fundamentais; que na oportunidade em que protocolou o referido projeto soube que alguém dizia nas igrejas que ele fazia leis contra a família patrocínense; que muitos citam o nome de Deus, mas agem com comportamentos contrários a Ele; que em reuniões realizadas com temas sobre as mulheres foram levantadas situações de constrangimento e assédio contra as mulheres; que na Delegacia da Mulher tem somente a delegada, sem ter ao menos uma faxineira; que 80% (oitenta por cento) dos fatos de violência contra a mulher ocorrem dentro de casa; que é preciso criar programas que tratam a família; que falta um Plano de Assistência Social; que o Conselho dos Direitos das Mulheres, instituído em 2002, está desativado; que soube que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social é a mais tem dinheiro em caixa; que as estatísticas são mentira e distorções de matemática, assim como as pesquisas; e que não adianta fazer somente a Semana da Mulher, por se tratar de uma luta diária durante todo o ano. A Sra.ª Ver.ª Dr.ª Neusa Mendes disse que realmente é preciso divulgar a novidade trazida pelo TSE; que gostaria que a imprensa auxiliasse na divulgação; que trata-se de um direito do cidadão que precisa ser respeitado; que não há que se falar em ações contra a família, visto que o tema é o “respeito”; que o nome civil não será omitido nem excluído do título de eleitor; que o nome social será apenas acrescentado; que a solicitação nesse sentido não pode ser negada; que o nome social é aquele pelo qual a pessoa é conhecida diante da sociedade; que o nome civil, diferentemente, só pode ser alterado através de decisão judicial; e que, assim como o vereador José de Arimatéia, concorda que a mulher deve ser lembrada e respeitada todos os dias e por toda a sociedade. O Sr. Ver. Pastor Alaércio Rodrigues Luzia disse que, embora já tenha ouvido de outras pessoas, ele nunca disse que nada sobre atitudes contra a família no que diz respeito aos transexuais e travestis; que todas as Secretarias devem ser fiscalizadas e cobradas; que por ter votado contra o projeto de lei mencionado pelo vereador José de Arimatéia não quer dizer que seja preconceituoso; que apenas tem seu modo de pensar e agir, embora não seja 100% (cento por cento) certo; que na democracia se vence pela maioria, não sendo possível dar um direito à minoria sem que esta maioria o conceda; que continua contrária ao tema, mas que nunca

se utilizou da igreja para falar mal de qualquer vereador por se tratar de um local onde se ensina a palavra de Deus; que se o vereador José de Arimatéia falava sobre ele “a carapuça não serviu”; que o projeto foi rejeitado por maioria de votos; que o Bispo Dom Cláudio enviou um padre de Patos de Minas para “dar um abraço” aos que foram contrários ao projeto; que não há o meio termo e que não dá para a pessoa “ficar em cima do muro”; que é cristão evangélico, tendo a bíblia sagrada como sua fé e prática e que onde estiver assim se expressará; que apesar disso não desrespeitará o direito de ninguém; e que sua voz não será tirada para dar direito aos outros; que não é preconceituoso nem intolerante. O Sr. Ver. Alexandre Vitor Castro da Cruz disse que se o termo “em cima do muro” foi direcionado a ele o vereador Pastor Alaércio perdeu o tempo dele; que no dia da votação não esteja presente por compromissos assumidos em relação ao seu mestrado; que tem respeito pelo Pastor; que é cristão apostólico romano e que frequenta a igreja todos os domingos; que todas as instituições religiosas têm acertos e erros; que todas elas cometem o preconceito ao passo que excluem certas pessoas; que não tem visto acontecer de fato o respeito pregado por muitos da sociedade; que nesta Casa muitos gostam de criticar o outro; que devemos ter mais autenticidade em nossas atitudes; que ou você é preconceituoso, sendo explícito ao dizer que não gosta de alguém pelo motivo “x”, ou respeita e fica quieto, sem ter de falar nada; e que nunca ficou “em cima de muro” em sua vida. O Sr. Ver. Pastor Alaércio disse não ter falado sobre “estar em cima do muro” para o vereador Alexandre; que apenas contou uma parábola; que toda vez que discursa alguém diz que ele é preconceituoso; que quando citou o termo “reciclagem” em relação aos agentes de trânsito sofreu preconceito; que o professor não sabe que existe a cultura linguística; e que agora ao pedir a palavra novamente ele se levanta e vai embora. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Paxita) disse que o Prefeito teve uma atitude brilhante ao dizer para os agentes de trânsito “maneirem nas multas”; que junto com os demais vereadores conseguiram dar voz ao povo; que tal comportamento demonstra que o Poder Executivo não necessita do valor das multas para administrar a cidade; que na semana passada um servidor da Secretaria de Trânsito lhe ameaçou de morte na rua devido às acusações feitas a ele na reunião passada; que gostaria de dizer a esse servidor chamado Márcio, que era segurança do ex-prefeito Júlio Elias e disse que ele era um vereador de bosta, que “vereador de bosta” é aquele que o contratou fazendo barganha de votos em troca de cargo na Prefeitura; que imagina quem é esse vereador; que foi eleito pelo povo e não tem nenhum cargo nesta Casa ou na Prefeitura; que o cidadão confia nele; que está aqui para defender o povo patrocinese, o patrimônio público e o servidor; que se o Márcio está fazendo algo errado devia ficar quieto; e que ele ameaçou a pessoa errada, porque não se calará. O Sr. Presidente disse que admira o vereador José de Arimatéia e o parabenizou pela publicação de seu livro; que também acompanha as notícias todos os dias, inclusive de forma on line; que em relação ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher fez em 2017 uma Indicação ao Prefeito no sentido de sua reativação; que um novo projeto de lei enviado a esta Casa reestruturou o referido Conselho; que tanto o Prefeito quanto esta Casa fizeram sua parte; que no Instagram ele fez um relato sobre esse assunto; e que gostaria de saber o motivo do Conselho ainda não estar reativado. O Sr. Presidente declarou, em nome de Deus, encerrada esta reunião, da qual lavrei esta Ata que, lida e julgada conforme, será assinada pelos (as) senhores (as) vereadores (as) presentes. Palácio do Legislativo, Sala das Sessões, em 3 de abril de dois mil e dezoito.

Andréia Côrtes Pereira Queiroz

